



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira		Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,51% São Paulo	146.969	R\$ 5,380 (-0,02%)	R\$ 1.518	R\$ 6,202	14,90%	14,91%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11
0,09% Nova York	149.540	Últimos					
	28/10 29/10 30/10 31/10	27/outubro 5,370 28/outubro 5,359 29/outubro 5,359 30/outubro 5,381					

»Entrevista | **CELSO CUNHA** | PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NUCLEARES (ABDAN)

A venda da Eletronuclear ao grupo Âmbar abre um novo ciclo para o Brasil. Ao **Correio**, Celso Cunha alerta para problemas de governança, desafios regulatórios e de financiamento, e o papel na matriz de baixo carbono

“Sem marco legal, setor nuclear pode naufragar”

» RAFAELA GONÇALVES

O setor nuclear brasileiro vive uma encruzilhada. Após décadas de avanços tecnológicos interrompidos por entraves administrativos, a venda da Eletronuclear — responsável pelas usinas de Angra 1, 2 e 3 — ao grupo Âmbar Energia, ligado ao conglomerado J&E, marca o início de um novo ciclo.

O negócio promete destravar a conclusão de Angra 3, paralisada há 10 anos, e reposicionar a energia nuclear como peça-chave na estratégia de descarbonização do país. Ao mesmo tempo, evidencia os persistentes gargalos de governança e financiamento que ainda ameaçam a estabilidade do setor.

Atualmente, as empresas nucleares públicas enfrentam sérias dificuldades operacionais e financeiras. Em entrevista ao **Correio**, Celso Cunha, presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), analisa os problemas de governança das estatais, o impacto da venda da Eletronuclear, os desafios regulatórios e de financiamento, e o papel da energia nuclear na matriz de baixo carbono.

Apesar dessas dificuldades, o Brasil ocupa uma posição estratégica, sendo um dos poucos países do mundo que domina todo o ciclo do combustível nuclear, com grandes reservas de urânio e conta com um mercado interno em expansão. Cunha detalha como o segmento pode revolucionar a oferta energética, apoiar setores como mineração, siderurgia e data centers, e consolidar o país como líder em tecnologia nuclear na América Latina. Confira os principais trechos da entrevista.

O setor nuclear brasileiro vem enfrentando sérios problemas de governança. O que está acontecendo?

Temos um problema estrutural nas empresas públicas do setor. A INB (Indústrias Nucleares do Brasil), o Complexo do Ciclo do Combustível Nuclear (FCN) e a Eletronuclear sofreram sucessivas trocas de dirigentes, muitas vezes por razões políticas, e nem sempre os novos gestores conhecem a área. Isso desorganiza o planejamento, gera atrasos, contratos mal executados e decisões desalinhadas com a realidade técnica. O resultado é um prejuízo enorme à eficiência e à credibilidade do setor nuclear brasileiro.

Como essa fragilidade impacta a Eletronuclear especificamente?

De forma muito direta. A Eletronuclear vive uma situação crítica, precisa de R\$ 1,4 bilhão até novembro apenas para honrar compromissos de curto prazo. Além disso, o custo de manter o canteiro de obras e os equipamentos de Angra 3 é altíssimo, entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões por ano. Isso ocorre porque as garantias internacionais precisam ser mantidas, sob pena de perdermos equipamentos avaliados em bilhões de reais. E tudo isso acontece num ambiente de gestão frágil e sem estabilidade de comando.

Nesse contexto, a venda da Eletronuclear ao grupo Âmbar Energia muda o cenário?

Sim, é de forma positiva. A Eletronuclear já havia deixado claro que não queria permanecer no setor

nuclear. Era uma situação incômoda: uma empresa acionista que não queria estar ali. Agora, com a Âmbar, temos um investidor que quer investir, que declarou publicamente o interesse em concluir Angra 3 e construir novas usinas. É um grupo com fôlego financeiro, experiência em recuperação de ativos e capacidade de articulação política, algo essencial num setor tão regulado quanto o nuclear.

Há uma certa urgência, a empresa precisa de caixa antes da conclusão da transação. Como resolver isso?

Esse é o ponto crítico. A venda não se conclui da noite para o dia, são meses de documentação, ajustes regulatórios e avaliações financeiras. Mas a Eletronuclear precisa de recursos imediatos para não colapsar. É fundamental que o governo e o novo controlador encontrem uma solução de transição, um modelo híbrido para garantir liquidez e manter a manutenção de Angra 3 até o fechamento do negócio.

Sobre a necessidade de modernizar o marco regulatório. Quais mudanças são, na prática, mais urgentes?

O principal ponto é permitir de forma clara a participação do setor privado na construção e operação de usinas nucleares. Hoje, há dúvidas jurídicas, alguns entendem que o privado pode construir, mas não operar. Isso afugenta investidores. Estamos falando de projetos de US\$ 5 bilhões por planta, ninguém vai colocar esse volume de dinheiro sem segurança jurídica. O marco precisa ser claro, moderno e estável, como aconteceu com o setor elétrico em geral.

O Brasil domina o ciclo do combustível nuclear. Qual o potencial dessa vantagem?

Gigantesco. O Brasil é um dos poucos países que detêm a tecnologia completa, do urânio bruto até o combustível enriquecido. A Marinha, por exemplo, está concluindo o projeto para produzir urânio enriquecido em escala industrial para o submarino de propulsão nuclear. Isso nos coloca em um grupo restrito de países e abre espaço para exportar tecnologia, combustível e até participar de cadeias internacionais de suprimento.

A energia nuclear deve ser tratada como vetor de descarbonização? Como isso se traduz na prática?

A energia nuclear é limpa, estável e densa. Uma única usina pode gerar grandes volumes de energia sem emissão de carbono e próximo aos centros consumidores. Além disso, novas tecnologias permitem múltiplos usos, os reatores podem produzir hidrogênio verde, gerar calor industrial para siderurgia e até dessalinizar água. É a base firme necessária para complementar eólica, solar e hidrelétrica, que são intermitentes. Não existe transição energética consistente sem uma fonte de base limpa, e essa é a nuclear.

A Abdan defende que o Brasil realize leilões de energia nuclear, nos moldes das demais fontes. Por quê?

Porque já temos maturidade tecnológica e demanda para isso. Hoje, uma usina nuclear tem

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



O Brasil tem todos os recursos: urânio, tecnologia, demanda e investidores interessados. Mas falta ação coordenada. Se resolvermos a governança e o marco legal, poderemos ser líderes regionais em tecnologia nuclear e fornecedores de combustível"

custo competitivo. Angra 3, mesmo com todos os problemas, deve entregar energia a cerca de R\$ 654 por megawatt-hora. Uma bateria de longa duração custa em torno de R\$ 1.200 por MWh. Então, por que não incluir a nuclear nos leilões, ao lado da solar, eólica e gás? É uma fonte firme, limpa e previsível. Isso traria racionalidade ao sistema elétrico.

Como essa expansão poderia afetar o preço da energia para o consumidor final?

De forma positiva. A estabilidade que a nuclear oferece reduz o uso de térmicas caras e as bandeiras tarifárias. É uma energia de longo prazo, uma usina nuclear dura 100 a 120 anos. Ela atravessa gerações, dilui custos e garante previsibilidade. Diferente da solar, que tem vida útil de 15 a 20 anos. E, futuramente, com o avanço da fusão nuclear, que já começa a sair do laboratório, o custo tende a cair ainda mais.

E quais são as prioridades do setor nuclear hoje?

Em primeiro lugar, melhorar a governança do setor público e resolver o marco legal. Sem isso, o investimento privado não entra. Depois, concluir Angra 3, apoiar os pequenos reatores e garantir que o planejamento energético de longo prazo — o PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia) 2035 e o PNE (Plano Nacional de Energia) 2055 — contemple a expansão nuclear. Também queremos discutir o fim dos subsídios cruzados e das bandeiras tarifárias, que apenas mascaram a falta de planejamento do sistema.

O senhor acredita que o Brasil está preparado para aproveitar o novo ciclo global da energia nuclear?

O Brasil tem todos os recursos: urânio, tecnologia, demanda e investidores interessados. Mas falta ação coordenada. Se resolvermos a governança e o marco legal, poderemos ser líderes regionais em tecnologia nuclear e fornecedores de combustível. Se não resolvermos, corremos o risco de ver o setor naufragar. Temos bilhões de dólares em reservas e uma fonte limpa e segura que pode transformar a nossa matriz. Só falta vontade política e estabilidade institucional.

PO
NEWS

EDIÇÃO Nº 1025 | ANO 50

Boletim informativo das
Organizações PaulOOctavio

2 DE NOVEMBRO DE 2025 | BRASÍLIA/DF

Informe Publicitário



ÁGUAS CLARAS

PAULO OCTAVIO ENTREGA PRAÇA TIÊ AOS MORADORES

A comunidade de Águas Claras ganhou um novo espaço de lazer. Foi reinaugurada a Praça Tiê, totalmente revitalizada em parceria entre o Governo do Distrito Federal e a PaulOOctavio, responsável pela construção do Manhattan Shopping. O local passou por reforma paisagística e estrutural e já se tornou ponto de encontro de famílias e símbolo do modelo de colaboração que tem transformado a cidade.

O evento contou com a presença de Gilvando Galdino, administrador regional de Águas Claras; de Washington Mesquita, representando a vice-governadora Celina Leão; e de Paulo Octávio, além de lideranças comunitárias e parlamentares da região. O administrador destacou a importância da entrega. “A Praça Tiê é a primeira com área destinada a food trucks, modelo que concilia convivência, lazer e comércio de forma organizada, valorizando o espaço público”, completou.

O empresário Paulo Octávio lembrou sua longa relação com Águas Claras. “Investimos com alegria porque essa praça era necessária. Ela foi pensada para os moradores. Espero que seja bem cuidada, porque espaços como este fazem toda a diferença no dia a dia das famílias”, destacou.

www.paulooctavio.com.br